

Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde do território de Ibiúna, Estado de São Paulo/Brasil¹

Abreu, L. S. de (b) Bellon S. (a)

(a) Pesquisadora, Embrapa Meio Ambiente, Rodovia SP 340 Km 127,5; Caixa Postal 69 13820-000 Jaguariúna (São Paulo, Brazil), lucimar@cnpma.embrapa.br;

(b) Pesquisador, Unité d'Ecodéveloppement, Inra Sad, Domaine Saint Paul, Site Agroparc, 84914 Avignon cedex 9, France, bellon@avignon.inra.fr; fax: 0033(0)432722562

Resumo

O desenvolvimento da agricultura orgânica (AO) no Brasil toma múltiplas formas. Mais que um mercado de « nicho » ou uma oportunidade de exportação, não se trataria de uma prática social alternativa que recria os espaços de produção e novas relações entre produtores, mercado e consumidores? Através de suas experiências com a AO, em uma comunidade próxima a três metrópoles, horticultores familiares de Ibiúna (São Paulo) criam entidades coletivas e experimentam novas práticas sociais. Mostrou-se no estudo, como estes minifúndios são ou foram organizados para desenvolver AO e para responder a diversos objetivos. A partir das entrevistas e das observações de campo, levou-se em conta, as formas concretas de organização e de desenvolvimento da AO. No primeiro momento, apresenta-se o quadro teórico deste estudo sobre os desafios da AO em Ibiúna. Em seguida, descreve-se o universo da pesquisa e caracteriza-se o desenvolvimento da AO, enquanto um projeto social, o qual estabelece interações entre a economia e o meio ambiente no território de Ibiúna. Em uma terceira parte, identifica-se quatro formas sociais de organização, a dinâmica de funcionamento, os valores sociais e culturais, e suas inter-relações. Enfim, são discutidos os elementos suscetíveis de garantir a reprodução social e de fortalecer novas vias de desenvolvimento.

Palavras Chave: Horticultura Orgânica, Formas de Organização, Pequenos Produtores, Peri-urbana.

Résumé

Le développement de l'agriculture organique (AO) au Brésil prend des formes multiples. Plutôt que d'un marché de "niche" ou d'une opportunité d'exportation, ne s'agit-il pas d'une pratique sociale alternative créant des espaces de production et de nouveaux liens entre producteurs, marchés et consommateurs? Au travers de leur expérience de l'AO, dans une communauté proche de trois métropoles, de petits maraîchers d'Ibiúna (São Paulo) créent des entités collectives et expérimentent de nouvelles pratiques sociales. Nous montrons dans ce étude comment ces minifundios se sont ou ont été organisés pour développer l'AO et répondre à divers objectifs. A partir d'entretiens et d'observations sur le terrain, nous rendons compte de formes d'organisation concrètes du développement de l'AO. Nous présentons d'abord le cadre théorique de notre analyse des enjeux de l'AO à Ibiúna. Ensuite, nous décrivons l'univers de cette recherche et caractérisons le développement de l'AO comme projet social, avec des interactions entre économie et environnement dans le territoire d'Ibiúna. Dans une troisième partie, nous identifions quatre formes sociales d'organisation, leurs dynamiques, leurs valeurs et leurs inter-relations. Enfin, nous discutons des éléments susceptibles de sécuriser leur reproduction sociale et de soutenir de nouvelles voies de développement.

Mots-clef: Maraîchage biologique, Formes d'organisation, Petits producteurs, Péri-urbain.

Summary: Organic farming (OF) is increasingly considered as a possible alternative for designing a "new rural" in Brazilian communities, where OF covers a wide range of production and certification systems. However, the ways small farmers adopt OF in "green

¹ Este artigo é a versão original do artigo (resumido) "Formes d'organisation de maraîchers organiques périurbains de São Paulo", Revista francesa, Cahiers de l'Agricultures. Vol. 14, número 1, janvier 2005.

belts" to conquest a urban demand in organics have not been investigated extensively. We explored this issue with a case study in the wide community of Ibiúna, located close to three main cities of São Paulo state. This survey shows how small farmers were organised or organise themselves to meet urban demands and develop organic production. Based on secondary data, we identified the number and location of organic farmers in Ibiuna. We conducted interviews with farmers, technical and political officers, organic inspectors and leaders from various producers associations. In a first stage we introduce our theoretical framework, based on the characterisation of social forms of organisation, their dynamics and relations. Catholic church initiatives in the late 80's led to generate a strong link between small farmers and citizens from poor communities of São Paulo. The structuring effect of an enterprise created in the early 90's is still prevalent, and it has been a constant reference for all stakeholders interviewed. Secondly, we describe the universe of this research and describe the development process of OF as a social project, with economic and environmental interactions in Ibiúna. This territory has a multiple status : it is valued as a resort for citizens and for tourist activities; it also contributes to water supply in close metropolis. Tension appears between the consequences of human activities on soil or water resources and higher expectation in terms of environmental quality. Thirdly, we analyse the development of various organisations forms and initiatives, dedicated to organic production and distribution. Today, we can identify four (04) basic forms of social organisation that express *a priori* different concepts about the market and the OF. We propose a comprehensive description of the forms encountered. The association related with catholic church presently includes over 50 farmers, but only two of them are formally certified in OF. The enterprise made a significant number of producers convert to OF, including 70 farmers in the same micro-basin whose production is now clearly identified in cities supermarkets. However, problems arised and two derived forms of producers organizations emerged: an organic farmers association and a section created within a cooperative. They are consistent with specific marketing channels and certification processes. Although they share some objectives, namely in visual "quality" of products and "right price" for both producer and consumer, differences appear in their magnitude and internal operation, their values and relations with consumers, their technical and environmental contents. Finally, we introduce elements likely to secure the social renewal of farmers groups and discuss the way they can face risks, overcome difficulties and sustain new avenues for development.

Key words: Small-scale horticultural organics, Forms of organisation, Peri-urban

No Brasil, vários estudos comprovam a revitalização das sociedades locais, a partir de uma diversificação das atividades econômicas e do reconhecimento de outras dimensões da agricultura [1-2]. A lei brasileira [3] reconhece na agricultura orgânica, doravante denominada AO, outros qualificativos (agroecológica, biológica, biodinâmica, permacultura...) [4] e a considera o fermento de uma agricultura duradoura [5]. A AO representa uma oportunidade de valorização dos produtos agrícolas, notadamente de hortaliças, uma vez que existe demanda desses produtos frescos, em particular nas Metrôpoles, onde os preços favoráveis estimulam a expansão da produção [6]. A região sudeste representa 60% da produção orgânica brasileira, que correspondia em 2003, a mais de 840000 ha [7]. A AO é igualmente considerada, como uma maneira de preservar o ambiente, embora este atributo não seja sempre reconhecido pelo consumidor [8]. Contudo, a adoção do AO em cinturões verdes é objeto de poucas pesquisas no Brasil, com exceção de alguns trabalhos de geógrafos desenvolvidos em Minas Gerais [9].

Uma primeira etapa de reconhecimento da AO consistiu na elaboração de normas relativas à produção, transformação, identificação e certificação da qualidade dos produtos vegetais e animais. A lei "duplamente orgânica" [3] exprime um projeto político para a agricultura familiar, preconiza a integridade cultural das comunidades rurais e reconhece a existência de diferentes sistemas de certificação [10]. Cerca de vinte organismos realizam auditorias por terceira parte [11] e atuam no Estado, no país ou internacionalmente. A maioria destes organismos são oriundos do Estado de São Paulo [6, 12]. A certificação em grupo permite reduzir fortemente o custo da certificação para o produtor familiar filiado à uma associação. Sistemas alternativos, tais como a certificação participativa e a agroecologia política [13] são igualmente reconhecidos e integram ambições sociais. A certificação é opcional para os produtores familiares que fazem venda direta, desde que seja possível para eles, justificar a rastreabilidade dos produtos (junto à fiscalização e consumidores), possibilitando livre acesso aos lugares de produção e de transformação [3]. Consequentemente, os produtores da AO devem ser parte das organizações ou ter um meio de controle social. Uma grande maioria das redes de competência agroecológicas já foram identificadas [14,15], portanto, quais seriam as outras formas de organização da AO? O objetivo é explorar essas vias de desenvolvimento, identificando as formas de organização da AO num mesmo território. Partiu-se da hipótese de que diferentes formas de organização social podem coexistir e correspondem à diferentes interpretações do AO. Analisou-se como os produtores familiares se organizaram para desenvolver diferentes formas de desenvolvimento de AO e fortalecer suas capacidades social e de integração ao mercado, dando conta de atender as demandas urbanas. Estes elementos foram estudados no contexto do grande município de Ibiúna, devido à forte concentração de horticultores orgânicos, característica dessas novas áreas de cinturão verde de São Paulo [16], e também um dos desafios ambientais presentes neste território [17].

Identificação das formas de organização da AO em Ibiúna

A análise desta situação se apoia sobre o ponto de vista teórico, segundo o qual existem esferas de reprodução socialmente estruturadas e economicamente distintas, onde redes sociais se articulam umas às outras, ou se abrangem, mas não se confundem [1]. Esta análise se situa na interface entre sociologia econômica [18] e agronomia sistemática [19], que foram as disciplinas utilizadas simultaneamente para análise dos dados empíricos. Considera-se a AO não somente como modo de produção mas também como uma prática social [20], que visa renovar as relações entre produtores e consumidores e estabelece interações com os agentes de certificação. A diferenciação das formas de organização não se identifica simplesmente a partir da integração econômica a diferentes mercados, mas também pela geração de um conjunto de valores que necessitam ser caracterizados, os quais são desvendados pela análise das interações sociais múltiplas [21] e que podem corresponder a

diferentes interpretações do AO. As ações sociais e a orientação econômica desenvolvidas por diferentes entidades derivam de uma ordem moral e econômica [22]. Trata-se então de compreender como um grupo mobiliza as próprias referências culturais para construir sua identidade perante outros grupos com os quais interage. As identidades e posições sociais se definem comparativamente e historicamente. Estas conexões sociais entre formas de organização são igualmente objetos de estudo.

A partir de dados secundários, identificou-se o número e a localização dos produtores orgânicos. A maior parte deste conjunto de agricultores se localiza no território de Ibiúna, na microbacia do Verava. Conduziu-se entrevistas com diferentes atores identificados neste território, para tanto, contou-se com o apoio de 2 técnicos agrícolas: um dos técnicos trabalha na Casa da Agricultura de Ibiúna, e atua diretamente nessa microbacia, e o outro, trabalha para numa empresa especializada em AO. No que diz respeito às organizações de AO, realizaram-se encontros com 2 responsáveis pelas estruturas de comercialização e 2 presidentes de associações de produtores, os quais foram investigados sobre a dinâmica e o funcionamento da sua organização. Entrevistou-se 12 horticultores orgânicos, filiados das diferentes formas de organização identificadas, integrou-se ainda nesta amostra (3 horticultores por organização) que desenvolvem um papel "motor" comparativamente aos membros "comuns". Igualmente, encontramos um produtor com a particularidade de possuir adesão à duas organizações e, um outro horticultor "convencional", identificado aleatoriamente. Investigamos as trajetórias de conversão, as práticas, e as relações destes agricultores com os grupos, aos quais estão filiados. Por último, realizamos entrevistas com 2 inspetores de organismos de certificação que atuam em Ibiúna. O conjunto das entrevistas foram registradas, em seguida, foi efetuado o processo de transcrição das fitas.

A descrição de cada forma de organização se constitui de cinco temas: produtor, produção, certificação, comercialização e valores socioculturais.

O contexto do desenvolvimento da AO em Ibiúna

Ibiúna é uma comunidade de múltiplos status e pode ser apresentada como:

*Novo cinturão verde [16], localizada a 70 km de São Paulo (13 milhões de habitantes);

*Estação turística, localizada sobre as franjas da Serra de Paranapiacaba;

*Bacia hidrográfica que abastece de água potável os municípios de Ibiúna e Sorocaba (Mapa 1).

*Possui altitudes entre 840 e 1214 metros e clima úmido e moderado. Mais de 40% da superfície total (1093 km²) estão numa reserva de biosfera, constituída de floresta Atlântica.

*Ibiúna protege igualmente unidades de proteção ambiental, reservas legais e áreas de proteção permanente [23].

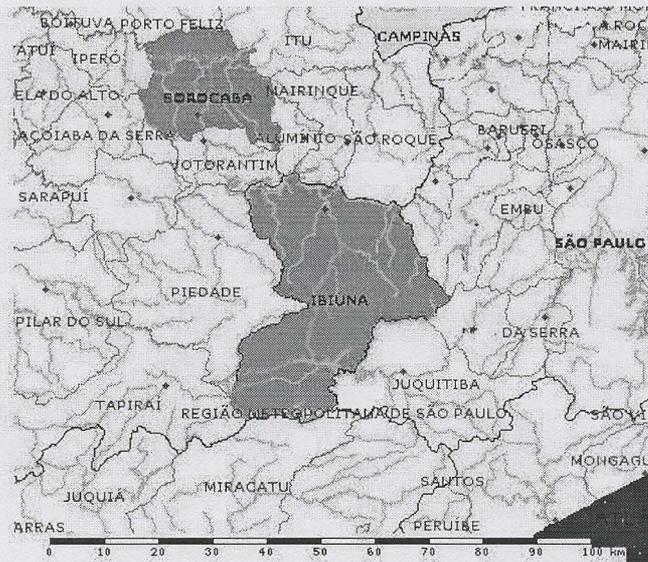
A agricultura ainda é considerada como a base econômica. Horticultura é a atividade dominante, em razão das seguintes características:

* pequena estrutura de exploração: mais da metade dos produtores têm menos de 10 hectares; clima favorável para horticultura;

* presença de recursos hídricos que permitem o uso da irrigação,;

*importância da população rural (43.000 habitantes no meio rural, do total de 64.160 habitantes).

A seguir pode ser visualizado pelo mapa 01, o território de Ibiúna .



Mapa 1 : Situação de Ibiúna (SP) relação com metrópoles e cursos d' água.

Ao lado da agricultura e de outras atividades ou serviços existentes, a expansão urbana ocorreu a partir do desenvolvimento de residências secundárias, condomínios fechados e albergues. Inúmeros cidadãos visitam o local nos fins de semana, feriados ou quando há festas, em busca de: tranqüilidade; pescar em tanques de “pescue e pague”; realizar passeios a pé ou a cavalo em trilhas ecológicas. Estas atividades contribuem para degradar a qualidade e para aumentar a demanda de água, gerando um processo de tensão social, que é fruto das conseqüências das atividades humanas sobre os recursos naturais e das demandas em termos de qualidade ambiental, incluindo a paisagem.

O desenvolvimento da horticultura orgânica está em parte, ligado aos problemas ambientais e econômicos. A degradação da qualidade das águas do rio Sorocabaçu, deu origem a um programa de acompanhamento e assistência técnica na microbacia hidrográfica do Verava, onde 72 dos 90 horticultores presentes estão desenvolvendo AO [24]. Além disto, o custo dos fatores de produção convencional tornou-se proibitivo para os horticultores e aparecem problemas na comercialização dos legumes, apesar da forte demanda das metrópoles próximas de Ibiúna. Portanto, a reprodução das famílias dependentes exclusivamente da agricultura está comprometida, e a AO torna-se uma alternativa possível para pequenos produtores. Mas quais são as práticas de organização dos atores sociais em Ibiúna?

Quatro formas de organização da produção e da comercialização de legumes orgânicos

Produtores de Hortaliças iniciaram o processo de conversão para AO sob o impulso de dois projetos, levados de um lado, pela igreja Católica e de outro, por agrônomos envolvidos pelo movimento social ambiental brasileiro. Esta referência histórica, presente no conjunto das entrevistas que conduzimos, nos permitiu compreender melhor a coexistência das formas de organização. Atualmente, podemos identificar 4 formas de organização social que exprimem diferentes concepções do mercado e o AO.

Uma associação de pequenos produtores ligados á fundação Campo-Cidade, não certificada

A associação dos pequenos produtores de Ibiúna (APPRI), doravante APPRI, é ligada à fundação Campo-Cidade e a iniciativas da igreja Católica, localmente e em dois bairros periféricos de São Paulo. Este projeto global consiste em:

- criar relações de solidariedade entre comunidades rurais e citadinos ;
- obter legumes a preços justos para produtores e consumidores urbanos;
- preservar a saúde humana e ter alimentos saudáveis ;
- proteger o ambiente ;
- educar as crianças, preparando-as para a vida profissional no meio rural.

O projeto resultou em vários projetos coletivos: escola, centro de treinamento e alojamento da fundação em Ibiúna, galpão de acondicionamento dos produtos e aquisição de um veículo para transportar os legumes. De acordo com o coordenador atual de APPRI, a AO teve início no bairro Cachoeira, onde numerosos produtores ainda trabalham na agricultura, mas não puderam desenvolver a atividade, em razão da poluição das águas de irrigação pela atividades agrícolas convencionais realizadas à montante, que os impedem de produzir segundo as normas do AO [25,26]. APPRI atualmente tem mais de 50 horticultores, fornecendo para mais de 800 famílias organizadas em grupos de compras, além de distribuir seus produtos também para outras famílias durante as feiras dominicais, as quais são realizadas nos pátios de igrejas de São Paulo. De 15 em 15 dias, os produtores fornecem "kits" constituídos por 10 kg de produtos diferentes por família. Somente dois produtores da APPRI conseguiram se certificar pela AO.

Os grupos de consumidores têm condições socioeconômicas precárias. Visitam periodicamente os produtores da APPRI, onde as trocas são igualmente abertas para acontecimentos religiosos e culturais, encontros de confraternização. Reconhecem o conhecimento tradicional destes agricultores e utilizam plantas medicinais do local. Esta interação campo cidade se distingue por reforçar os valores de solidariedade e de parceria entre indivíduos de horizontes sociais diferentes.

Uma empresa de poder estruturante

No início dos anos 90, membros do movimento social ambiental criaram uma cooperativa (Coopernatura) para organizar a produção e a comercialização de legumes orgânicos que operava igualmente em 4 comunidades vizinhas de Ibiúna. Um pequeno grupo de 4 agricultores que participam de diferentes mercados recebeu apoio e foi incitado a filiar-se a Coopernatura. O objetivo era conquistar 50 lojas de produtos "naturais e integrais" que existiam em São Paulo, em 1991. A Coopernatura faliu, três anos mais tarde, devido à falta de compromisso dos produtores e da dificuldade de abastecimento ao longo de todo o ano. Somente dois produtores continuam na mesma, e criaram uma nova empresa, da qual são ainda dirigentes.

Em 1994, o objetivo estratégico desta empresa era o de ocupar espaços nos supermercados de São Paulo, fornecendo, durante o ano, produtos orgânicos de boa qualidade visual, segundo o Diretor da empresa *"na época, estes legumes orgânicos eram pequenos, feios, tortos e caros"*.

Esta empresa comercializa a produção de 130 produtores e cerca da metade destes são de produtores da microbacia do Bairro do Verava. Ela busca ocupar um lugar importante no mercado nacional e de exportação, o que é possível graças à expansão da área de coleta dos produtos em direção a outros estados e, pelo sistema de certificação (IBD). Esta produção hoje é claramente identificada nos hipermercados e tem um papel de líder reconhecido. A regulação dos fluxos de legumes é assegurada, ao mesmo tempo, tanto do lado da produção, quanto do lado da distribuição no mercado. O contrato que vincula os produtores à empresa é exclusivo, definido com base na planejamento das culturas, o qual é

elaborado por uma equipe de 8 técnicos. Os fatores de produção, a assistência técnica e a certificação (de grupo) são encargos assumidos pelos produtores. O pagamento aos produtores é realizado apenas se ocorrer a venda efetiva (a mercadoria é entregue dentro do sistema de consignação). Segundo a análise das entrevistas com horticultores, verificou-se que os produtores arcam com os custos das perdas, ocorridas por ocasião do transporte dos produtos para a venda. A lógica comercial predomina na empresa, onde se tem o planejamento da produção e o funcionamento ocorre por delegação.

Três ordens de perguntas são colocadas, a partir das entrevistas realizadas no local.

A primeira relativa aos custos logísticos, quando o raio de ação da empresa amplia, tais custos se elevam para a empresa, ao mesmo tempo em que a capacidade de negociação com os hipermercados diminui com a chegada de concorrentes. Em segundo lugar, a repartição do valor acrescentado (acondicionamento) e os riscos da atividade são julgados desfavoráveis para os produtores, problemas potencializados com a adoção do contrato de exclusividade, que aumenta a distância entre produtor e consumidor. Por último, se pergunta: será que a delegação do planejamento da produção ao pessoal qualificado da empresa, não reduziria a autonomia e a capacidade de iniciativa dos produtores? Outras formas dissidentes emergem desta empresa.

Uma associação horizontal de produtores orgânicos independentes

Esta terceira forma de organização (APPOI), doravante APPOI, é uma associação de 15 pequenos horticultores orgânicos. Na ausência do contrato de exclusividade, ocasionalmente, a metade destes produtores entrega a produção para a APPOI. A associação é presidida por um produtor que desempenhou um papel importante no desenvolvimento do AO em Ibiúna. Anteriormente tesoureiro da fundação Campo-Cidade e envolvido diretamente com a instituição de certificação (AAO), o presidente desta associação, mantém também, nos dias atuais, relação com as comunidades católicas da periferia de São Paulo. Outros circuitos de comercialização da APPOI, correspondem também aos mesmos supermercados da empresa (*empresa de poder estruturante*) descrita anteriormente, bem como realizam entregas diretas a particulares. Os princípios de funcionamento são: a participação, o intercâmbio de experiências e de informações sobre os problemas diários, a flexibilidade e a adaptação, a definição de preços justos [27] para o produtor e o consumidor. Todos os produtores de APPOI são certificados individualmente pela AAO e a nova instalação de acondicionamento da associação, está localizada em Ibiúna, e é certificada pela ECOCERT. Neste local prepararam as entregas comerciais com três empregados, emitem as faturas para os produtores e efetuam os pagamentos. A associação é ao mesmo tempo comercial e carismática, ágil, pois busca informações permanentes sobre o mercado, o qual tem se tornado cada vez mais competitivo. Um desafio importante para esta organização consiste em não sacrificar a justiça social em prol da agilidade comercial.

A integração a uma cooperativa que opera ao nível do estado de São Paulo

Esta última forma de organização nasceu da ruptura de princípios e práticas da organização denominada anteriormente empresa, que ocorreu pelo fato de discordarem dos preços recebidos, comparativamente aos preços auferidos pelos supermercados. Nesta organização se encontram associados 12 produtores do Verava, os quais se integraram ao sistema da Cooperativa, no final de 2003. Trata-se de uma Cooperativa regional, (CAISP, criada em 1995), onde os produtores orgânicos se beneficiam da estrutura funcional da Cooperativa (acondicionamento da produção, notas e identificação dos produtos, transporte, circuitos comerciais). Tal integração tem possibilitado aos referidos agricultores, explorar os supermercados das cidades médias do Estado de São Paulo, ou seja, um novo segmento do mercado. A certificação é idêntica à da APPOI, e a Cooperativa não exige exclusividade dos produtores, os quais podem também fazer a venda direta em mercados feirantes.

Identificação das formas de organização

Estas quatro formas de organização podem ser descritas de maneira sintética (Tabela 1).

	Produtores	Produção	Certificação	Relação com o mercado	Valores/identidades
APPRI	50 horticultores (somente 2 em AO)	Autonomia alimentar e diversidade	Confiança e validação pelas comunidades	Solidariedade (preços justos) Venda direta	Fraternidade Cooperação Diversidade
Empresa	70 Agricultores Orgânicos na microbacia do bairro do Verava	Planificação assistência técnica	Coletiva, pelo IBD (Botucatu)	Supermercado qualidade visual	Realidade econômica Tecnologia
APPOI	15 agricultores Orgânicos - papel central do presidente	Iniciativa Individual do Produtor	Individual (AAO) para os Horticultores e Associação	Agilidade Comercial GMS e Venda Direta	Troca Respeito Justiça
CAISP	12 Agricultores Orgânicos, e 105 produtores não orgânicos	Experiência Adquirida e Interação	Certificada Pela ECOCERT	Supermercados Intermediários Logística	Proximidade Experiência Coletiva

Tabela 1 : Descrição compreensiva de quatro formas de organização identificadas em Ibiúna

Uma leitura horizontal do Quadro 1, confirma a coerência interna de cada forma de organização. Esta abordagem qualitativa pode ser aprofundada com continuidade da investigação, junto aos segmentos de mercados efetivos. Mas contrariamente ao setor de exportação, que permite situar o Brasil entre os principais produtores mundiais em AO [6], um desafio essencial é desenvolver mercados locais com preços aceitáveis para que a população menos favorecida em termos de renda, possa também ter acesso aos alimentos orgânicos. Ibiúna é sem dúvida um exemplo deste novo espaço de interface rural-urbano, que produz mais da metade da produção hortícola do país [9].

Consideramos a AO no sentido amplo, entretanto, do ponto de vista dos atores sociais aparecem diferentes interpretações, as quais podem ser estruturadas entre duas polaridades:

- uma substituição de insumos e uma melhor oportunidade de valorizar a produção;
- outra visão da agricultura e da relação com o ambiente [28].

A AO não se resume a uma substituição de fatores de produção químicos, que são comumente qualificadas de agrotóxicos ou de veneno pelos produtores orgânicos, a atividade orgânica nos convida a conhecer uma outra visão do solo e de monitoramento capaz de melhorar os recursos de água, as regras e disposições legais, portanto, estas questões ambientais são constitutivas das diferentes formas de organização. Com efeito, a forma de organização – empresa, tem raízes no movimento ambiental e o Bairro do Verava, tem um duplo status de microbacia de produção e microbacia hidrográfica.

A APPRI compartilha com as demais formas de organização a preocupação com a proteção dos recursos naturais, contudo, para produtores familiares com micro estruturas

fundiárias, a instalação de “cercas vivas” e de áreas de proteção ambiental compromete a área de produção, e esta preocupação pode não ser reconhecida pelos consumidores.

Seria necessário analisar as práticas dos produtores e avaliá-las para cada forma de organização, por exemplo através de indicadores [5,9,29], integrando os custos energéticos do transporte. Uma análise aprofundada das entrevistas e das trajetórias de conversão permitirá testar essas pistas. Em particular, contatou-se na dinâmica do desenvolvimento da AO em Ibiúna, que certos produtores passam de uma forma de organização a outra. Ainda que estas formas de organização não sejam particularmente inovadoras, a diferenciação e o inter-cruzamento, indicam uma originalidade suscetível de alimentar a reflexão geral sobre a gestão do desenvolvimento da AO.

Conclusão

Esta pesquisa exploratória permitiu identificar com precisão os desafios da AO em áreas de cinturão verde dos grandes centros urbanos. As filiações e as articulações entre formas de organização contribuem para fortalecer a dinâmica da AO. Os produtores horticultores familiares se apoiam sobre suas próprias necessidades e as dos consumidores para conquistar o mercado doméstico (nacional/grandes metrópoles) e para proteger o ambiente. Assim ampliaram as relações com: outros produtores, mercado e cidadãos, assistência técnica e com os organismos de certificação. Estas iniciativas contribuem para melhoria da posição econômica dos agricultores, para a requalificação da produção e para acrescentar valores (socioculturais) ao território de Ibiúna. A AO não se reduz nem ao conjunto de métodos de produção ou de produtos, nem ao simples alinhamento sobre normas de Estado ou internacionais que visam o mercado de exportação. A AO integra dimensões sociais, culturais e ambientais cuja expressão é local. Convém estudar como estas formas de organização em construção, poderiam reduzir as desigualdades sociais e redefinir identidades econômicas e culturais. A sua identificação em outros estados do Brasil [5,8,9,14] legitima igualmente a construção de uma rede alargada de experiências em agroecologia.

Referências

1. Carneiro MJ. Ruralidades: novas identidades em construção. *Estud Soc Agric* 1997 ; 11 : 55-75.
2. Campanhola C, Graziano da Silva J (Eds). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna : Embrapa Meio Ambiente, 2000 ; 176 p.
3. Brasil. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diár Ofic Rep Fed Brasil* . 24 dez. 2003: 140 -250: 8, seção 1.
4. Pervanchon, F., Blouet, A. Lexique des qualificatifs de l'agriculture. *Cour. Environ. Inra* 2002; 45: 117-137.
5. Darolt, M. *As Dimensões da sustentabilidade. Um estudo da agricultura orgânica na região Metropolitana de Curitiba, Paraná*. Thèse de Doctorat, UF do Paraná - Univ. Paris VII. 2001.
6. Ormond, J. *et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro*. 2001. Disponível: www.bndes.gov.br. Acesso em 2001.
7. Vargas, C. Perfil do Brasil Orgânico. *BioFach Amérique Latine 2004* Disponível : (www.planetaorganico.com.br). Acesso em 2004.
8. Karam, K. F. *Agricultura orgânica: Estratégia para uma nova ruralidade*. Tese de Doutorado. Univ. Federal do Paraná, 2001, 232 p.
9. Tubaldini, M. A., Coelho, P. E. Formação de Polo de Horticultura Orgânica: a influencia do trabalho familiar e assalariado e o meio ambiente. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto (MG), 4-8 nov. 2002, 27p.
10. Fonseca, M. F. Standards, certification and accreditation processes for organic products in Brazil: history, problems and solutions found. *IFOAM Organic World Congress*, 2002 : 219.
11. Pallet D, Brabet C, Machado da Silva Filho O. Panorama des qualifications et certifications des produits agricoles et d'élevage au Brésil. São Paulo, Cirad-CenDoTec, 2002, 33p.
12. de Souza MCM. Certificação de produtos orgânicos. In: Ishimura I (org). *Manual de agricultura orgânica*. Piracicaba, 2003 : 181-192.
13. de Oliveira D, dos Santos LCR. Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos. *Rede Ecológica de Agroecologia*, 2004: 48p.
14. Feiden A., Fonseca MF, Assis RL. Rede Agroecologia Rio - Análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. *I Encontro ANPAS*, 6-9/11/02 Indaiatuba - SP, 9p.
15. Assis RL. Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas. Tese Univ. de Campinas, 2002, 150 p.
16. Ueno, H.L. *Deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980*. Tese de Doutorado. ESALQ, Piracicaba, 1985, 193 p.
17. Abreu LS, Bellon S. Minifúndios and metrópolis: territorial management of organic farming in Ibiúna (Sao Paulo, Brazil). *Eur. Symp. on F&R SRE*, Vilareal 2004 : 903-906.
18. Laville J.-L., Levesque B. Penser ensemble l'économie et la société : la sociologie économique. *Esprit*, n°6, 2000.
19. Le Bail M. A design for a local crop supply system as a quality management territory. *VIII ESA Congress*, Copenhagen, Denmark, 11-15 July 2004. Book of Proceedings, 527-528.
20. Gautronneau Y *et al.* Une nouvelle approche de l'agriculture biologique. *Econ Rur* 1981;142 : 39.
21. Seppänen L., Helenius J. Do inspection practices in organic agriculture serve organic values? A case study from Finland. *Agriculture and Human Values* 2004 ; 21 : 1-13.
22. Weber M. Economia e sociedade. *Editora da Universidade de Brasília*, 1991 ; v. 1.
23. Ahrens S. A prática da fruticultura, o código florestal e o acesso aos mercados. *Encontro Nacional sobre Fruticultura de Clima Temperado*, Freiburg, 2003 : 138-145.
24. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI, Programa Estadual de Micobacias Hidrográficas. *Plano de microbacia hidrográfica*, 2001, 42p.
25. AAO (Associação de Agricultura Orgânica). Normas de produção orgânica AAO, produção vegetal, section 5, 2004 . Disponível: (<http://www.ao.org.br/norma210904.pdf>). Acesso em 2004.
26. IFOAM basic standards (final revision draft). Section 4.6.2. relative aux contaminations. 2004 (<http://www.ifoam.org/>).
27. Altieri M.A., Nicholls C.I. Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la américa latina del siglo XXI. Capitulo 12, *Instituto Nacional de Ecología*, 2002. Disponível: http://www.rolac.unep.mx/johannesburgo/cdrom_alc/riomas10/unapers.pdf. Acesso em 2004.
28. Feiden A., de Almeida D.L., Vitoi V., de Assis R.L. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 2002, v.19, n°2, 179-204.
29. Cittadini, R. *et al.* Análisis de la sustentabilidad técnico-ambiental y económica-social de la horticultura orgánica urbana. FCA, UNMDP- INTA Balcarce, Buenos Aires, Argentina. 2004, 18p.